

CIÊNCIA DO SOLO E EXTENSÃO RURAL

ONDINO CLEANTE BATAGLIA

Artigo publicado no Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo: vol 37 n. 1 janeiro abril de 2012 p22-25

Quando fui convidado para escrever sobre o tema meu primeiro impulso foi dizer que não tinha mais condição de fazê-lo pelo tempo que deixei a pesquisa, o que me deixa um tanto fora da atualidade. Todavia minhas ponderações foram analisadas e a SBCS me incentivou a deixar aqui a manifestação do meu pensamento a respeito do tema.

Para que os leitores saibam de minhas origens, minha vida acadêmica foi toda desenvolvida no Instituto Agronômico de Campinas onde trabalhei 36 anos na pesquisa no Centro de Solos. Além disso, tive oportunidade estudar no exterior, de dirigir a Instituição, de coordenar a pesquisa agropecuária no Estado, presidir o Consepa, enfim, fiz tudo o que um pesquisador pode fazer tanto desenvolvendo como gerenciando a pesquisa.

Na minha fase de dirigente comecei sentir de perto as dificuldades que existem no estabelecimento dos programas e projetos de pesquisa - acredito que hoje esteja pior! O que prevalece é o poder de decisão do pesquisador/professor sobre o projeto. Ele se torna um especialista. E o que passa a interessar é a sua imagem diante da comunidade científica em especial na sua área definida de pesquisa: "minha agenda está lotada. Não tenho tempo para outras coisas".

Mas vamos voltar ao tema. A distância pesquisa extensão. Não sei se podemos hoje ainda achar que existam essas duas entidades e que sejam distintas. O Estado cada vez mais procura tirar tudo o que pode de suas atribuições. São os pedágios nas estradas, as escolas particulares, a segurança privada, etc. E não poderia ser diferente em nosso meio. A extensão rural de modo geral ficou a cargo dos estados e por isso cada vez mais enfraquecida.

A pesquisa agropecuária acabou ainda privilegiada por que o governo federal nos últimos anos fortaleceu a Embrapa. Se fosse por conta dos governos estaduais a coisa iria muito mal, pois poucos estados ainda apoiam a pesquisa agropecuária. Com raras exceções, os Institutos Estaduais de Pesquisa Agropecuária estão mal. Todavia, a maioria dos pesquisadores mesmo na área agrícola está nas universidades federais e estaduais. Trata-se de um número expressivo considerando a enorme disponibilidade de colaboradores bolsistas de iniciação, mestrado, doutorado, pós-doutorado etc.

Esse contingente é enorme. Basta participar de uma Fertibio ou de um Congresso Brasileiro de Ciência do Solo. No último em Uberlândia tinha 3 mil participantes. Milhares de trabalhos, teses e teses divididas em artigos e artigos. Sem entrar no mérito de cada um, mas não se tratava absolutamente de uma comunidade com qualquer vínculo com o agronegócio brasileiro, e sim uma comunidade científica de ciência do solo vinculada em si mesma.

Poucos dias depois houve no mesmo local um Encontro Nacional de Plantio Direto. Lá estavam muitos agricultores, agrônomos, ávidos por novas tecnologias. Mas pesquisador em Ciência do Solo era raridade. Por aí já vemos onde começa o distanciamento. Será que alguém vai convencer aquela comunidade que é preciso ver e ouvir a outra comunidade, ou seja, aquela que paga e precisa dos resultados da pesquisa?

A própria Ciência do Solo precisa rever seus conceitos. Faz alguns anos que estou desenvolvendo um trabalho para a Fundação Agrisus, cuja missão é apoiar pesquisa e desenvolvimento visando à conservação e melhoria da Fertilidade do Solo. Essa fundação apoia o Congresso de Solos e tem a cada ano questionado porque o cientista de solo ainda não percebeu que a agricultura mudou. São milhões de hectares cultivados em plantio direto. Não se revolve mais e o solo fica recoberto por resíduos. Mas todos os eventos e teses na grande maioria ainda tratam de solo revolvido. Não houve ainda a percepção de que se trata de um novo ambiente. Um solo cuja biologia mudou, a física mudou e a química também. O agricultor já descobriu - os cientistas ainda não.

A par dessa visão macro, se voltar à bancada da pesquisa, vamos perceber que a nova pesquisa é sempre uma continuidade de alguma coisa que já vem sendo feita pelo orientador. Esse sempre assoberbado, pouco tempo tem de ir ao campo ver o que acontece na prática. E os projetos, na maioria das vezes são exatamente para ver o que acontece: aplicam-se tratamentos, medem-se algumas variáveis e relata-se o resultado. Não raro o objetivo é publicar tantos artigos numa revista qualificada. E pouco adianta querer extrair alguma recomendação para o agricultor. Ao exigir um artigo técnico o caos está gerado: poucos sabem o que é isso, para que serve, como se escreve e onde se publica.

Para quem está de fora parece que a ciência brasileira, incluindo a Ciência do Solo, lembra aquela cena do cachorro correndo para pegar o próprio rabo. É uma enxurrada de projetos, de teses, dissertações, artigos. Regidos por um sistema de apoio por Capes, CNPq, FAPESP e outros apegados a rígidos esquemas de apoio a projetos de líderes repletos de papers, desvinculados da demanda. Tenho visto o sofrimento dos pesquisadores mais jovens e daqueles que tentam de alguma forma desenvolver projetos vinculados à necessidade dos produtores rurais. O projeto é bom, não tem nenhuma restrição técnica, mas o pesquisador só tem três orientados. Por isso não merece apoio desta importante Agência de Fomento mantida com os impostos daqueles que precisam desta pesquisa.

Estamos de certa forma falando do que acontece na comunidade científica. Será que alguém se lembra de que existem extensionistas? Ah, essa é outra turma. Eles que se virem para

levar a tecnologia que produzimos para quem usa. Aquela famosa integração ensino, pesquisa e extensão, atribuição de toda universidade, normalmente é proclamada veementemente nos cursos, simpósios e encontros, mas pouco existe na realidade.

Apesar de tudo isso, o agronegócio brasileiro é hoje celebrado mundialmente como altamente eficiente. E se nos aprofundarmos no seu conhecimento veremos que muita tecnologia nacional já foi incorporada. Principalmente na área de solos. Nela, ao contrario da área fitossanitária onde a indústria importada domina, temos muito sucesso da pesquisa local. Acho que isso merece uma reflexão, isto é, entender porque nesse caso houve sucesso.

Precisamos entender que o empresariado rural mudou muito. Não são mais apenas os velhos fazendeiros, mas um contingente de jovens empreendedores, quase sempre com formação técnica em agronomia, zootecnia, e outras profissões que estão sempre buscando por novas tecnologias e processos produtivos. Acho que vale também destacar uma tendência atual da atuação de consultores especializados nas diversas atividades rurais. Percebemos isso pela participação ativa em cursos e treinamentos dos mais variados tipos.

Acredito que ensino, pesquisa e extensão da forma que nos ensinaram estão longe de acontecer. Por isso, quando se fala em pesquisa, a melhor forma de se produzir ciência transformada em tecnologia usada pelo agronegócio é o contato do pesquisador com o campo. O conforto do escritório e do computador está isolando demais esses técnicos. Faz-se necessária também uma reflexão profunda do papel das agencias de fomento, hoje totalmente dominadas por grupos elitistas da ciência muito mais interessadas nos artigos em revistas de alta estirpe do que na solução de problemas do agricultor.

A relevância do tema não merece ser esgotada na opinião de poucos. Quem sabe nossos congressos de solos pudessem dedicar um espaço para uma discussão dirigida onde todos os atores pudessem expressar seus sentimentos e sugestões. Esse espaço deveria se dado principalmente aos atores do agronegócio, que na verdade são os usuários e os patrocinadores de todos nós envolvidos com pesquisa, ensino e extensão. Deixo para nossas entidades e em especial para a SBCS esta sugestão.

ONDINO CLEANTE BATAGLIA (ondino@conplant.com.br) é pesquisador aposentado do IAC. Atualmente, atua como consultor na CONPLANT – Consultoria, Treinamento, Pesquisa & Desenvolvimento Agrícola Ltda.